

NOTA DE IMPRENSA

ENDA SETÚBAL 2018

O Movimento Associativo Estudantil Nacional do Ensino Superior, reuniu nos dias 2 e 3 de junho de 2018, no Instituto Politécnico de Setúbal, em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA), com o intuito de debater posições que versam sobre diferentes áreas do Ensino Superior, nomeadamente **Ação Social e Abandono Escolar, Financiamento e Organização do Sistema de Ensino Superior, Regime Jurídico das Instituições e Lei de Bases do Sistema Educativo** entre outros.

No que concerne ao alojamento universitário, apesar de ser um tema já apresentado e defendido em sede de ENDA, considera-se que não estão a ser adotadas as medidas necessárias, que é necessário que **o governo reforce a dotação orçamental destinada às IES**, de modo a que sejam criadas as condições para que tanto agentes privados como particulares, possam participar o alojamento. É ainda necessário que sejam **assumidas as responsabilidades que a Constituição e a Lei impõem e que o valor destinado no Orçamento de Estado seja utilizado de forma correta**. O **Plano Nacional de Alojamento do Ensino Superior deve ser revisto** na medida em que deveria abranger todos os Estudantes de Ensino Superior e na linha de ação de reabilitação através do Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado. Por outro lado, também os governos autárquicos são responsáveis pela aplicação de medidas que estimulem a construção e reabilitação de residências universitárias, **através da isenção de diversas taxas municipais**.

No âmbito do que foi defendido em relação ao preço da refeição social e o preço máximo mensal do alojamento para bolseiros nas residências dos serviços de ação social, o facto de estes estarem associados ao IAS, aquando o aumento do mesmo, provocou um acréscimo dos preços destes serviços. Desta forma, defende o Movimento Associativo que o preço deve estar fixado em **0.617% do IAS para a refeição subsidiada e 17.1% do IAS relativamente ao preço máximo do alojamento para bolseiros e que a refeição social deve garantir o prato, sopa, pão e sobremesa**.

No que toca às condições dos trabalhadores estudantes, consideramos fundamental garantir parâmetros mínimos de uniformização para captar mais estudantes deste segmento, tornando a regulamentação mais clara e direta. Deste modo as Federações e Associações Académicas e de Estudantes reunidas em sede de ENDA, propõem a constituição de uma comissão para a **elaboração de um Estatuto de Trabalhador-Estudante do Ensino Superior** que estabeleça os direitos e os deveres tanto das IES como dos Estudantes, para **rever a Lei do Código Laboral de modo a que este seja adaptado às necessidades dos Estudantes**, nomeadamente a nível da **disponibilização de um maior leque de ciclos de estudos em horário pós-laboral**. Esta Comissão deverá ser integrada pelo **Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, por um membro do CCISP, por um membro do CRUP e por um membro da APESP, um representante do Estudantes do Ensino Superior Politécnico e um representante dos Estudantes do Ensino Superior Universitário**.

Algo que tem, também, merecido o nosso debate nos últimos ENDA é a necessidade de que as IES tenham mais em atenção as **questões ambientais**, pelo que é necessário a criação de soluções neste sentido. **Estas serão o ponto de partida para IES mais sustentáveis com a colaboração dos vários intervenientes no Ensino Superior.**

No que concerne ao nível do acesso ao ensino superior e a fixação das vagas de cada instituição para o próximo ano letivo, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes presentes em Setúbal reconhecem a **necessidade de promover a coesão territorial**, mas **condenam veementemente a redução de vagas nas instituições da área de Lisboa e do Porto**, conforme anunciado pelo senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e solicitam esclarecimentos sobre os **critérios que orientaram a redução e respetiva realocação de vagas em cada par estabelecimento/curso** e sobre qual será o **impacto desta medida no financiamento das instituições**. Salientam os estudantes, ainda neste ponto, que qualquer estratégia de desenvolvimento do setor deve ser amplamente discutida com as partes interessadas e reiteram a disponibilidade em discutir e participar em qualquer norma ou reforma relacionada com o Ensino Superior.

Na questão do financiamento do Ensino Superior, reforçam os estudantes presentes no encontro, no que diz respeito ao IRS, que o **limite de despesas de educação deverá ter em consideração o número de dependentes**, incluindo os limites definidos para o alojamento estudantil bem como deverão ser consideradas como despesas de educação **todas as que se identifiquem como de âmbito escolar**. Por fim, **deverão ser definidos critérios de atribuição de bolsas de estudo** que tenham em consideração não só a **elegibilidade do estudante** e os **custos de educação**, como também **os custos de vida que a frequência de um curso superior acarreta**.

Em termos de Regime Jurídico do Ensino Superior defendem as Federações e Associações Académicas e de Estudantes que tenha o Governo Português, **a coragem política necessária para a criação de um projeto-lei que concretize a revisão do mesmo e ainda da Lei de Bases do Sistema Educativo**, de forma a que esta medida permita implementar várias alterações **como a clarificação da natureza binária do sistema de Ensino Superior, a concretização dos Institutos Politécnicos conferirem o grau de doutoramento**, o aumento da representação de estudantes nos órgãos de governo das Instituições, clarificação do regime fundacional, revisão da composição e definições do Conselho Geral, entre outras, reforçando, assim, a disponibilidade em discutir amplamente todas as alterações com todos os intervenientes do Ensino Superior

Considerou-se, também, necessário que Portugal, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, **assuma a dianteira no que diz respeito à evolução da Inteligência Artificial** através de duas ações. A primeira seria a **Implementação e reforço do ensino ligado às Tecnologias de Informação e Comunicação nos currículos escolares** e, para terminar, a segunda ação seria o **reforço dos programas de doutoramento e investigação ligados à Inteligência Artificial**.

Sendo os TESP um recurso cada vez mais utilizado por parte dos estudantes, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas em Setúbal, decidiram defender a implementação de um **processo de avaliação independente para os TESP**, condição essencial de acordo com diretrizes europeias e com a própria legislação nacional, recomendando à tutela que a avaliação externa dos TESP seja realizada por uma **entidade independente**, com vista a garantir a **uniformização das formações de Ensino**

Superior em Portugal e a **valorização deste modelo formativo como via para o alargamento da participação pública e reconhecimento social do mesmo.**

É urgente que seja reformulada a **lei de bases do financiamento do ensino superior**, pelo que será requerido à tutela a reformulação da mesma através do **aumento do financiamento público** afeto ao ensino superior, de uma maior **autonomia às instituições** na gestão dos seus recursos financeiros, do **estabelecimento de vínculos diretos entre os resultados obtidos e o volume de fundos públicos atribuídos**, do encorajar, por parte da tutela, à **diversificação das fontes de financiamento, da criação de parcerias com institutos de investigação, empresas e autoridades regionais** e do início do processo de discussão alargada com os vários agentes do Ensino Superior para a elaboração de uma **nova fórmula de financiamento do Ensino Superior.**

○ Movimento Associativo Nacional, Setúbal,

3 de junho de 2018